



Projeto político Pedagógico – PPP

Breve relato das alterações realizadas no PPP

O documento que se segue é o resultado de um intenso, longo e democrático processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Após anos de intensa discussão, com a participação de docentes, alunos, pais/mães e servidores técnicos, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio de Aplicação foi concluído e implementado, a partir de 2003.

De lá para cá, muitos foram os momentos de rediscussão do PPP, mais nas partes do que no todo. O que se apresenta a seguir é uma síntese desses momentos democráticos, que alteraram e modificaram o Projeto Político Pedagógico institucional, a partir de consultas às disciplinas/segmentos e deliberações em Reuniões Gerais.

I - Ano de 2005: A Direção encaminha a primeira discussão, com o objetivo de revisar, na íntegra, o PPP da escola. Inicia-se por uma avaliação do PPP implementado em 2003[2]. Para fundamentar esta avaliação a Direção apresenta e distribui os dados do levantamento realizado junto aos professores e alunos, sobre o Sistema de Trimestralidade.

Neste ano, momento de início da revisão do PPP, foi deflagrada uma longa greve de docentes, que no caso do CA durou mais de 100 dias. Os reflexos desta serão sentidos até 2008.

II - Ano de 2006: no calendário letivo são previstos diversos FOPES (Fóruns Pedagógicos) de revisão do PPP. Como rescaldo da greve estes momentos de

debates foram interrompidos, em função dos questionamentos da Associação de Pais e Professores (APP) sobre a reposição da greve e a proposta de Calendário Escolar para o ano letivo de 2006[3].

Este debate foi interrompido e a validade do PPP do CA passou a ser questionada pela CEB/PREG[4], apesar da aprovação deste documento nos Congressos (com todos os segmentos) e no Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação.

III - Ano de 2007: O ano letivo inicia-se em abril e são retomadas as discussões. A Direção Geral, de Ensino e Assessoria Pedagógica apresentam uma proposta, para discussão nas disciplinas, de alteração curricular para o CA.

De forma pontual a proposta de alteração curricular se centrava:

- Na organização curricular por Áreas de Conhecimento ou Núcleos Disciplinares.
- Na alteração da carga didática (nº de aulas) das disciplinas.
- Autonomia da construção curricular pelo aluno: 20% da carga horária de livre escolha do aluno (projetos interdisciplinares de Iniciação Científica)
- Na extensão de Filosofia e Sociologia no EM, mantendo-se SOC na 8ª série/9º ano.

Como elementos complementares:

- Introdução de uma Avaliação Interdisciplinar trimestral.
- Fim das Provas Finais.
- Mudança na Recuperação de Estudos.

IV – Ano de 2008:

A partir da discussão da proposta de Reforma Curricular, os docentes avaliam que em função do desajuste no Calendário Escolar (ano letivo e civil não coincidem desde 2005 até 2008), a mudança deveria ocorrer apenas na Recuperação de Estudos. Ademais o CA contava com 44% de substitutos e alta rotatividade de docentes.

Por decisão das Reuniões Gerais, as discussões já não ocorrem na perspectiva de uma Reforma Curricular, mas apenas em aspectos pontuais, como na RE, por exemplo.

Levantamento realizado junto ao corpo docente e discente orientam e fundamentam a primeira modificação na RE.

§ 60% dos docentes entendiam que a Recuperação de Estudos era igual ao Atendimento Paralelo (modelo usado até 2003 e modificado a partir de então pelo PPP).

§ 72% confirmaram que a recuperação não se realizava na sua disciplina.

§ 65% dos alunos consideraram que a recuperação não ocorria. Muitos afirmaram que não eram convocados[5].

§ 70% dos alunos entendiam a RE mais como um espaço para tirar as dúvidas, ou seja, semelhante ao Atendimento Paralelo.

A mudança aprovada para a RE foi:

§ Todo aluno com nota abaixo de 6,0 (seis pontos) estaria em RE. Seria convocado pelo professor para as aulas de recuperação e realizaria prova na semana de provas de RE ao final do trimestre.

§ A nota da RE compunha um “banco de notas” (até 2008) que seria usado apenas no final do ano, caso o aluno não atingisse média (6,0) de aprovação nos trimestres. Caso o aluno obtivesse média de aprovação nos trimestres, a(s) nota(s) da RE seriam descartadas.

V - Ano de 2009: ano em que o Calendário do ano letivo coincide com o ano civil.

Planejamento Institucional (fevereiro)

A Direção apresenta o “Perfil sócio-educacional dos escolares do Colégio de Aplicação[6]”. Este levantamento se constitui em importante documento de referência para compreensão do perfil do aluno do CAp-UFSC. Quem é esta criança? Quem é este adolescente? Quais conhecimentos eles trazem para escola? Quais os bens culturais a que tem acesso? Onde moram? Quais seus hábitos de estudos? Estas questões orientariam uma discussão sobre o currículo escolar e suas possibilidades.

As Paradas Pedagógicas são retomadas e previstas no Calendário Escolar. As discussões ocorrem inicialmente nas áreas, com o objetivo de estabelecer algumas concepções que orientem na perspectiva de uma Reforma Curricular que abranja toda a escola. No levantamento de 2005[7], 75% dos docentes se manifestaram favoráveis a uma mudança no Currículo Escolar.

1ª Parada Pedagógica (junho): nesta parada se discute: Concepção de Educação; de Currículo; Diversidade Pedagógica nos Anos Iniciais; Iniciação Científica; Interdisciplinaridade; Infância, Criança, Adolescência e Juventude(s); Alfabetização e Letramento e Formação de Leitores, que são incorporadas ao PPP.

Neste momento a **Formação de Leitores, Iniciação Científica, Interdisciplinaridade, Alfabetização e Letramento e contextualização** são definidos como ELEMENTOS ESTRUTURANTES do Currículo e incorporados ao PPP.

2ª Parada Pedagógica (setembro):

O foco da discussão é a Concepção de Currículo-Avaliação. Aqui surge a necessidade de se definir a avaliação e registro desta para os alunos com deficiência.

No tocante aos princípios gerais da avaliação reafirma-se o constante no Projeto Pedagógico do Colégio de Aplicação (Título III, Seção I, do Regimento).

Mais uma vez os docentes, em Reunião Geral, encaminham por mudança da RE. Na oportunidade a avaliação foi de que a Recuperação de Estudos, no modelo substitutivo da nota, fracassou na sua essência. Constituiu-se em “mais do mesmo”.

§ Em nova avaliação a nota da RE passa a ser **substitutiva**, caso fosse maior que a média do trimestre.

A RE que deveria se voltar para os alunos com baixo rendimento, e com nota substitutiva, passou a ser aproveitada pelos alunos com rendimento melhor e que não estavam em Recuperação[8]. A grande maioria dos que estavam em recuperação compareciam, apenas, às vésperas da semana de provas de RE. Enfim, era o antigo Atendimento Paralelo na sua mais pura forma. A nota substitutiva, como incentivo à recuperação fracassou.

Outro dado significativo: os alunos que participavam das avaliações de RE nos trimestres, na grande maioria, realizavam a Prova Final. Enfim, a Recuperação não recuperava.

Para ilustrar, apresento abaixo gráficos com os resultados da Recuperação de Estudos, para o Ensino Médio, no ano de 2009[9].

Ainda em 2009 a discussão sobre a RE toma outro rumo. O debate não mais se centra no caráter quantitativo da recuperação (nota), mas no qualitativo (aprendizagem). Reafirma-se a ideia de que esta recuperação “não pode acontecer como consequência do resultado de uma síntese da avaliação de um trimestre”, ou seja, ser o mero reflexo de uma média das avaliações trimestrais. A própria LDB refere-se ao predomínio do aspecto qualitativo sobre o quantitativo.

As áreas são chamadas a se manifestar sobre a RE e encaminham o seguinte:

- o **Anos Iniciais**: mantém o modelo de Recuperação (duas aulas semanais para PORT e MTM)

- o **Anos Finais e Ensino Médio**: apresentam a proposta de uma recuperação por Área de Conhecimento, para funcionar a partir de 2010. Após discussão e votação, esta assume as seguintes características:

- O Conselho de Classe * **Recuperação por área do conhecimento** (linguagens, humanas e exatas), de caráter interdisciplinar e com envolvimento de todos os docentes da área na série.

- * **Centralidade no desenvolvimento de habilidades e competências** e não na nota[10], mas com possibilidade de alteração desta.

- * **A RE deve possibilitar a alteração da nota trimestral do aluno**, a partir de uma avaliação qualitativa dos docentes da área na série.

- * **Fim da semana de Provas de Recuperação**. A supressão desta se associa ao fim da centralidade na nota.

- * **O aluno poderia realizar Provas Finais em todas as disciplinas** (antes eram em apenas três disciplinas, acima disto estaria reprovado).
- * **A sala de aula seria o espaço da dúvida e não a RE.**

Para viabilizar esta forma de Recuperação de Estudos, as áreas definem os procedimentos na definição dos alunos em RE:

- * Os alunos em RE são indicados pelos docentes na Reunião de Série, convocada para esta finalidade.
- * Em Reunião de Área, da série, os docentes planejam as atividades da RE.
- * O Coordenador de Apoio ao Ensino comunicaria às famílias os alunos em RE.

3ª Parada Pedagógica (dezembro):

É feita uma avaliação do ano letivo de 2009, onde se destacou a importância das discussões realizadas nas paradas pedagógicas. Uma avaliação da RE é realizado visando dirimir dúvidas persistentes[11].

V - Ano de 2010:

1ª Parada Pedagógica (24 de maio):

Atendendo a solicitação dos docentes a Direção encaminha uma avaliação da RE abordando aspectos relativos ao planejamento, participação dos alunos e professores, periodicidade, seleção dos alunos, forma de convocação, avaliação das atividades, dificuldades encontradas, aspectos positivos e negativos e dúvidas existentes sobre o processo.

A partir desta avaliação, os docentes, em reuniões de áreas sugerem modificar o horário da Recuperação para 2 horas/aulas por série a cada 15 dias. Esta forma de organização da RE apresenta características distintas da anterior, nos seguintes aspectos: amplia o tempo de atendimento com os alunos de 1 para 2 horas/aulas, descongestiona o horário do turno contrário, além de se combinar com a Educação Física. Este foi o modelo que vigorou, também, em 2011.

O ano de 2010 foi marcado pela realização do concurso para professor efetivo, que após suas idas e vindas culmina com a efetivação de todos em janeiro de 2011. Diante disto o debate curricular é suspenso, ficando para uma discussão futura. A discussão, mais uma vez, restringe-se a RE.

VI - Ano de 2011/2012 (dezembro/2011 e fevereiro/2012):

Todos estão presentes e participam da última modificação da RE (novamente), retornando a ser disciplinar e não mais por Área. Como encaminhamento da Reunião Geral (dezembro de 2011), uma Comissão é formada para organizar o calendário de debates sobre uma Reforma Curricular no CA.

Por fim, este sintético relato é para nos dar condições de entender todo um percurso que se fez ao caminhar, com seus acertos e erros, mas sempre sem o receio de ter tentado acertar...ou errar.

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, ao ser promulgada encontrou o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, com muitas inovações que já estavam incorporadas à estrutura curricular e à dinâmica do ensino-aprendizagem, como resultantes de discussões em diversos momentos pedagógicos.

Nos períodos que sucederam a efetivação da referida Lei, o Colégio realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, a avaliação institucional. O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento teórico-metodológico, numa perspectiva de construção de uma proposta pedagógica consciente e coerente.

Debruçar-nos sobre a realidade, examiná-la, interpretá-la, analisá-la enfim, descobrir saídas por onde se possa trilhar, foi desafiador e envolvente. Desafiador porque encontramos barreiras criadas pelo “clã reprodutor da sociedade de classes”; e envolvente, por se tratar de um projeto que significa ter consciência daquilo que se quer, ou seja, explicitação de que queremos uma escola pública, democrática e de qualidade.

De posse dos dados tabulados e analisados foram realizados encontros de planejamento estratégico e congressos temáticos com a participação dos quatro segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores técnico-administrativos). Este processo foi moroso em função do número de participantes e dos espaços a serem planejados no calendário escolar, que oportunizassem a realização da dinâmica exigida para a efetivação desse trabalho.

A preocupação com a participação é algo que decorre dos valores democráticos, e foi uma constante nesse trajeto para gerar o envolvimento de todos os segmentos da escola, no sentido de que os mesmos precisam ter seus interesses, vontades e seus valores levados em conta. A nosso ver, participar implica, inevitavelmente, algum mecanismo de influência sobre o poder.

A escola que se quer democrática precisa definir, antecipadamente, uma nova qualidade que, entre outras, priorize questões da organização escolar – uma organização que altere a realidade que se apresenta, a partir da realidade

encontrada. Este foi o principal desafio desse trabalho: abrir perspectivas e oferecer elementos à reflexão e ao estudo dos envolvidos para que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina se transformasse numa nova escola.

Agora, vencida essa jornada de discussões e deliberações, estamos apresentando o Projeto Político-Pedagógico do Colégio dentro dos parâmetros curriculares nacionais emanados da LDB e do Conselho Nacional de Educação. E inovar é audacioso. Tornar-se-á efetivo? O futuro dirá, mas é preciso ter em mente Maria Alice Setubal, quando afirma: “O projeto de escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores, com algumas propostas bem simples, e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a própria atuação. Estão, assim, tecendo, no coletivo, o projeto que será um fio articulador para o trabalho de toda a escola, na direção que se pretende”.

2. Histórico

2.1. Histórico do Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação foi criado em 1961, sob a denominação de Ginásio de Aplicação, com o objetivo de servir de campo de estágio destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática (Geral e Específica) da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF). Nesse período, o funcionamento das Faculdades de Filosofia Federais foi regulamentado pelo decreto-lei nº 9.053 de 12/03/46 que determinava que as mesmas tivessem um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados naqueles cursos.

O funcionamento do curso ginasial foi requerido em 31/07/59, pelo então diretor da FCF, Professor Henrique da Silva Fontes e em 15 de março de 1961 foi concedida a autorização para o funcionamento condicional por meio do Ato nº 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis. No entanto, somente em 17 de julho, o ofício nº 673 do Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, ratifica o Ato nº 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis e autoriza o funcionamento condicional do Ginásio de Aplicação, pelo período de quatro anos e passa a se integrar ao Sistema Federal de Ensino.

Inicialmente, foi implantada apenas a 1ª série ginasial, e a cada ano subsequente, foi sendo acrescentada uma nova série até completar as quatro séries do ciclo ginasial. O número de turmas por série manteve-se constante até 1967, quando foram compostas três turmas da 1ª série ginasial. Em 1968, foram formadas

duas turmas de 1ª e 2ª séries ginasiais, e por implementação progressiva, em 1970, havia duas turmas por série.

No ano de 1970 foi substituído o nome Ginásio de Aplicação para Colégio de Aplicação, e o colégio passou a ter a primeira série do segundo ciclo, com os cursos Clássico e Científico. As demais séries do Ensino Médio foram implementadas gradativamente nos anos seguintes.

Em 1980, foi acrescentado aos cursos já existentes o Ensino Fundamental com a implementação de oito turmas, duas (turno matutino e vespertino) para cada uma das quatro séries iniciais.

Os alunos que frequentavam, até então, o Colégio de Aplicação eram filhos de professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir da Resolução nº 013/CEPE/92, ficou estabelecido o número de três turmas por série, com 25 alunos cada uma. O ingresso de alunos no Colégio passa a ocorrer via sorteio aberto à comunidade.

Enquanto escola experimental, o Colégio tem proporcionado o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

A partir de 2007 foi implementado o Ensino Fundamental de 9 anos. Inicialmente com uma turma e em 2008 com as outras duas turmas.

Atualmente o Colégio de Aplicação, inserido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma unidade educacional que atende ao Ensino Fundamental e Médio, funciona em prédio próprio, no Campus Universitário, e está localizado no Bairro da Trindade, município de Florianópolis.

O Colégio de Aplicação segue a política adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina que visa atender à trílogia de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.2 História da construção do Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação

A escola, para construir organicamente seu próprio Projeto Político-Pedagógico e assumir sua função social reafirmando sua identidade, precisa conhecer e compreender a própria história.

Neste sentido, no segundo semestre de 1997, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de investigar os dados da realidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina e analisá-los a fim de identificar os problemas relevantes desta realidade, buscando os pontos básicos para o processo de transformação da mesma.

A equipe responsável por esta tarefa – Equipe de Avaliação Institucional - iniciou os trabalhos com a apresentação de um projeto de pesquisa intitulado: “Avaliação/Diagnóstico da Instituição Escolar – Um Elemento para a Construção do Projeto Político-Pedagógico” que tinha como objetivo obter diagnóstico global da realidade da instituição para, a partir da tabulação e da análise dos dados, deliberar

por necessidades, desafios e perspectivas com vistas à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão respaldada por uma proposta pedagógica inovadora.

Por proposição da Equipe de Avaliação Institucional foi criado um Organograma, bem como um Fluxograma do trabalho a ser realizado, sendo criadas as Equipes de Divulgação e de Legislação, ficando a coordenação das atividades a cargo da Equipe de Sistematização.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a Equipe de Avaliação Institucional elaborou instrumentos de pesquisa diferenciados para os quatro segmentos da comunidade, buscando em cada um deles focar os aspectos que poderiam fornecer informações e contribuições para a realização de uma análise ampla da realidade desta comunidade, numa investigação que abrangesse: identificação, potencialidades, deficiências, escolaridade, aspectos socioeconômicos, técnico-administrativos e organizacionais, didático-pedagógicos e administrativos do sistema acadêmico, pedagógicos e organizacionais e espaço livre para sugestões/considerações.

De posse dos dados tabulados (qualitativos e quantitativos) a equipe passou a organizar o Planejamento de Organização Escolar, que aconteceu sob a coordenação da Profª Ana Maria Borges de Sousa e com a representatividade dos quatro segmentos da comunidade escolar, escolhidos por seus pares.

No momento do Planejamento Estratégico, três dias de intensas discussões, foram apresentados os resultados da consulta à comunidade escolar: características, desejos, opiniões e peculiaridades que possibilitassem a reflexão sobre a escola que se nos apresentava naquele momento e qual se gostaria de ter. Principalmente quais seriam as ações prioritárias que norteariam o caminho a ser percorrido.

Para orientar essa reflexão a respeito da escola que gostaríamos de ter, foram levantados princípios que estão representados na “Árvore dos Princípios” do Colégio de Aplicação.

Neste sentido, foram criadas cinco Equipes de Governo, compostas de representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar e com as ações que cada uma deveria executar para atingir os objetivos propostos:

- 1) Equipe de Governo nº 1- Reestruturação Curricular e Organização Didática
- 2) Equipe de Governo nº 2 - Espaço Físico e Organograma
- 3) Equipe de Governo nº 3 - Comunicação e Divulgação
- 4) Equipe de Governo nº 4 – Fórum Permanente
- 5) Equipe de Governo nº 5 - Resgate Histórico

A Equipe da Reestruturação Curricular, com o apoio da Equipe do Fórum realizou diversos momentos de discussão com palestrantes da Universidade e externos a ela, com o objetivo de subsidiar a comunidade na reflexão e aprofundamento a respeito da concepção de homem, sociedade, mundo, educação/escola (concepção de aprendizagem e desenvolvimento, currículo, avaliação).

Durante todo o processo de discussão e implementação do Projeto Político-Pedagógico, a Equipe de Governo nº 5 - Resgate Histórico realizou pesquisas documentais, entrevistas e coleta de materiais fotográficos com o objetivo de lançar um livro sobre a história do Colégio de Aplicação.

Em abril de 2001 foi realizado um Seminário de Avaliação e Replanejamento do Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação, sob a coordenação da Profª Ana Maria Borges de Sousa. Após três dias de debate com representantes dos

quatro segmentos da comunidade escolar, foi avaliado que deveria ocorrer uma reorganização das Equipes de Governo, transformando-as em Grupos de Trabalho. A Equipe de Sistematização passou a se chamar Equipe de Articulação e foram criados dois novos Grupos de Trabalho: Identidade e Vinculação.

Em fevereiro de 2003, coordenado pela Equipe de Governo nº 1, realizou-se o I Congresso Temático Estrutura Curricular e Regime de Ensino, com a participação de delegados, representantes da comunidade escolar. As deliberações deste Congresso depois de homologadas pelo Colegiado do Colégio de Aplicação foram aprovadas pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação.

No final do ano de 2004 o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, modificado pelo I Congresso Temático e implantado no ano letivo de 2003, foi avaliado. O mesmo se deu no final do ano letivo de 2006, quando foram realizados ajustes que entraram em vigor no ano letivo de 2007.

Em novembro de 2003, coordenado pela Equipe de Governo nº 2 e organizado de forma semelhante ao I Congresso, realizou-se o II Congresso Temático, onde ficou definida a Estrutura Organizacional do Colégio de Aplicação, conforme consta deste documento, item 2 – Caracterização: escola – momento de diferenças, 2.2. Estrutura Administrativa.

Temos clareza que o Projeto Político pedagógico não é um texto escrito e acabado. Ele é sim, um processo contínuo, coletivo e que se renova, se refaz e se reestrutura de acordo com as exigências da realidade em que a escola se insere. Exige uma reavaliação constante para tomada de decisões acerca das alterações necessárias para enfrentar os desafios que se apresentam.

3. JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que tem a finalidade de orientar a escola nas suas atividades diárias de forma sistemática, científica, consciente, participativa, democrática, enfatizando os seus princípios norteadores.

Ele se insere neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança. Mudar a prática educativa implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, sentir a fragilidade de nossa teoria, de nossa organização, enfim, apontar para a existência de outros condicionantes.

A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos sejam realizados, sejam eles contraditórios ou conflitantes. O projeto seria um meio de comunicação, expressão, articulação de interesses, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico e de acordo com Ciavatta (2005) “está sendo elaborado permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhe novos sentidos e significados, o que repercute em sua identidade”. Assim sendo, a dinâmica dos projetos e a construção de identidades, mantêm o passado em permanente reconstrução.

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da escola. Deve ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, a partir de um

posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. É um importante caminho para a construção da identidade da escola. É um instrumento teórico-metodológico que expressa as opções da escola, as propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo realizado e o que se quer colocar em prática do que foi projetado.

Portanto, a identidade que cada escola e seus dirigentes, professores, servidores técnico-administrativos, pais e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito a constantes avaliações e reformulações relativas às novas vivências, às novas teorias de educação, às relações que estabelecem.

Não podemos desconsiderar as condições materiais e sociais da escola, pois ela não está dissociada da sociedade, enfrentando profundas mudanças sociais. Da mesma forma, os professores vêm enfrentando desafios para a construção de sua própria existência humana e social, nela também incluídas as atividades que realizam no processo de trabalho da sua prática docente.

A compreensão destas implicações, no desenvolvimento da prática educativa na escola torna-se relevante para o entendimento da escola, como lugar de espaço-tempo em que se vive e se é profundamente afetado pela sociedade humana, que nele foi e está internalizado.

Assim, é possível pensar que estarão abertas as possibilidades para a construção de uma práxis capaz de transformar as relações sociais existentes na sociedade e, entre elas, aquelas que se dão na escola.

4. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

Em meio à crise paradigmática caracterizada pela globalização, pela exigência de um novo perfil profissional, pelo pluralismo, pela multiculturalidade, os discursos de autonomia, cidadania e participação ganham força. Nesta perspectiva, a instituição escolar sente necessidade de abrir espaço à participação da comunidade na discussão e construção do seu Projeto Político Pedagógico. Este é o momento em que a comunidade escolar torna-se agente ativo de construção da Escola Democrática.

De acordo com Gadotti (1997) a construção de uma escola que seja democrática, pública e popular, deve estar pautada nas seguintes afirmativas:

- A escola não é o único espaço de aquisição do saber elaborado, também aprendemos em outros espaços e com outros agentes.
- Não existe um único modelo de ação educativa, cada escola tem suas próprias contradições e precisa encontrar seus próprios caminhos, por isso a importância da experimentação pedagógica e de mentes abertas para o novo.
- A Educação para todos supõe todos pela educação, ou seja todos não terão acesso à educação enquanto todos não se interessarem por ela.

- Grandes mudanças exigem esforço contínuo e solidário nas pequenas ações. As pequenas mudanças podem dar sustentação para as mudanças estruturais.

O Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola em dois níveis: na organização do trabalho escolar como um todo e na organização do trabalho de sala de aula.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, como um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

A organização do trabalho escolar é baseada nos princípios da gestão democrática. Neste sentido, é apenas em meio ao diálogo e à criatividade que a comunidade escolar encontra seu próprio meio de organizar-se e gerir este trabalho. Uma vez definido que a comunidade escolar participa da elaboração do projeto, definem-se os seus eixos norteadores.

Esta proposta de trabalho exige uma mudança de mentalidade dos membros da comunidade escolar. Afinal, constitui-se em um processo democrático de tomada de decisões, com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico no sentido de reconhecer os conflitos, buscando a superação das relações competitivas e autoritárias e diminuindo a fragmentação do trabalho escolar.

O Projeto Político Pedagógico da escola facilita a consolidação da elaboração mútua e o exercício de construção coletiva, ao mesmo tempo em que se desencadeiam as experiências inovadoras que já estão acontecendo na escola. Para a concretização do projeto é fundamental que a responsabilidade do mesmo não recaia sobre a direção da escola, visto que uma gestão democrática implica na socialização do poder.

Assim, a escola que almeja realizar uma ação pedagógica coerente com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da população.

O sucesso da instituição escolar no alcance de suas finalidades está intimamente relacionado aos princípios que fundamentam a organização do seu trabalho pedagógico, ou seja, a escola que estabelece e persegue suas finalidades norteadas pelos princípios de gestão democrática e autonomia estará mais próxima de propiciar uma formação coerente com suas finalidades.

Sendo assim, a comunidade do Colégio de Aplicação definiu os seguintes princípios norteadores:

4.1. Natureza

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, autorizado pela Portaria nº 673, de 17 de julho de 1961 da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação, órgão integrante do Centro de Ciências da Educação, situado no Campus Universitário, é uma escola experimental mantida pela Universidade, integrada ao Sistema Federal de Ensino, objetivando o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e Resoluções exaradas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.2. Finalidade

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade:

- a) Servir de campo de observação, pesquisa, experimentação, demonstração e aplicação de métodos e técnicas de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- b) Proporcionar a prática de ensino aos acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação e os estágios supervisionados do Centro de Ciências da Educação, de acordo com a Resolução nº 061/CEPE/96, podendo ainda atender solicitações pertinentes ao ensino Fundamental e Médio dos demais centros da Universidade Federal de Santa Catarina;
- c) Desenvolver práticas e produzir conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino, estendendo-os à comunidade;
- d) Formar cidadãos livres, conscientes e responsáveis;
- e) Instrumentalizar o educando para uma atuação crítica e produtiva no processo de transformação e construção consciente de uma sociedade justa, humanitária e igualitária.

4.3. Filosofia

O Colégio de Aplicação, inserido que está na Universidade, se propõe a ser um Colégio Experimental onde se desenvolvem práticas e se produzem conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino. O Colégio de Aplicação exerce também a função de campo de estágio supervisionado para acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mas, acima de tudo, o Colégio de Aplicação é uma Escola que se propõe à produção, transmissão e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos, contribuindo também para a expansão de sua personalidade.

A filosofia norteadora da ação pedagógica do Colégio de Aplicação tem sua origem e seu fim na prática social concreta. O contexto histórico-social no qual vivem docentes e educandos constitui o fundamento do trabalho do Colégio de Aplicação.

4.4. Objetivos

O Colégio de Aplicação tem como objetivo geral proporcionar a transmissão, produção e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos.

Os objetivos específicos visam:

a) Propiciar os conhecimentos necessários para instrumentalizar o educando na sua atuação, tornando-o crítico e produtivo no processo de transformação no mundo e na conseqüente construção de uma sociedade justa, humanitária e igualitária;

b) Possibilitar ao educando a vivência de práticas democráticas concretas para que este possa desenvolver-se como sujeito livre, consciente e responsável na construção coletiva de sua realidade histórica.

c) Proporcionar e desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contribuam para a melhoria do ensino, como para formação continuada dos docentes.

Neste sentido, desencadear o processo de discussão e sistematização da reestruturação curricular, a partir dos princípios norteadores, implica em fazer a articulação entre as duas estruturas que compõem a organização escolar, ou seja, a pedagógica e a administrativa.

5. Fundamentos metodológicos

5.1 - Concepção de Educação.

Uma Concepção de Educação deve explicitar e se ocupar de outros saberes que são por demais significativos. Morin (2001) destaca os sete saberes necessários à educação do futuro, quais sejam:

- 1) As cegueiras do conhecimento: o conhecimento sempre está ameaçado pelo erro e pela ilusão;

- 2) Os princípios do conhecimento pertinente: a educação deve discutir os processos que resultam no acesso às informações sobre o mundo e como articulá-las, organizá-las e perceber e conceber o contexto local / regional / mundial e as relações entre o todo e as partes;
- 3) Explicar a condição humana: o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Essa unidade complexa é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas;
- 4) Explicar a identidade terrena;
- 5) Enfrentar a incerteza: as ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras incertezas. A educação deve ocupar-se de formar cidadãos capazes de conviver com a imprevisibilidade do futuro;
- 6) Explicar a compreensão: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade;
- 7) A ética do gênero humano: a educação deve explicar as relações indivíduo / sociedade / espécie, pois as relações entre os indivíduos produzem a sociedade, a qual retroage sobre os mesmos indivíduos e a espécie.

5.2 - Concepção de Currículo

A proposta pedagógica que orienta as práticas cotidianas no Colégio de Aplicação fundamenta-se em uma concepção crítica de currículo que oportunize a apropriação e a produção do conhecimento, guiada por uma constante reflexão que envolva a comunidade escolar a respeito dos fatores internos e externos que influenciam a seleção e a organização dos conteúdos curriculares. Isso implica uma visão crítica dos parâmetros que estão direcionando esse conhecimento e exige clareza e domínio da área específica, reflexão constante a respeito dos grandes desafios presentes na prática social atual, bem como a inclusão de questões como relações étnico-raciais e de gênero, saúde, trabalho, violência, desigualdade social, miséria, avanços da ciência e da tecnologia, direitos humanos e defesa do meio ambiente. Esta proposta deve, também, oportunizar a flexibilidade curricular e seu alcance quanto às adequações e adaptações curriculares necessárias.

Nesse sentido, o currículo é concebido como um conjunto integrado e articulado de práticas, pedagogicamente referenciadas a partir de uma determinada visão de humanidade, de educação, de mundo, de sociedade, de cultura, de ciência, de trabalho e de lazer. A organização dessas práticas deve promover a construção e a reconstrução do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, a partir da organização curricular interdisciplinar e do contexto social nas questões que envolvem a inclusão no seu sentido mais abrangente. Em outras palavras, pressupõe processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar.

Esses são os eixos que darão as coordenadas para compreender e promover a relação dos educandos e educadores com o conhecimento, uma vez que a escola considera que toda a comunidade escolar é capaz de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas são fatores de apropriação do saber.

Nessa perspectiva, a concepção de currículo acima exposta é referência para definir e possibilitar alternativas pedagógicas, as quais nortearão a ação docente no que se refere à realização de projetos e à produção de intervenções didáticas diversificadas, no intuito de fomentar as várias aprendizagens dos educandos, oferecendo-lhes possibilidades e oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

O Colégio de Aplicação, ao se colocar como escola experimental que privilegia a diversidade pedagógica, propõe-se investir em práticas e organizações curriculares que atendam às diferenças e às necessidades de todos, tendo em vista os aspectos cognitivos, sociais, culturais e emocionais. Para tanto, este enfoque pressupõe um processo permanente de formação dos profissionais que compõem a comunidade escolar.

A diversidade pedagógica do Colégio possibilita a implementação de procedimentos didático-pedagógicos e práticas de avaliação diferenciadas. Possibilita também uma organização curricular que contemple a integração dos diferentes saberes, áreas do conhecimento e componentes curriculares.

A prática da iniciação científica, implementada a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio, proporciona acesso ao conhecimento científico e desenvolve o interesse pela ciência e pelas relações entre os conceitos científicos e a vida. Esses procedimentos metodológicos de pesquisa apoiam-se no envolvimento pessoal, no esforço intelectual, na formulação de questões e na busca de soluções.

Para possibilitar a formação de seres humanos críticos, capazes de tomar decisões, estabelecer julgamentos sociais e agir no seu contexto sócio-histórico, destaca-se a importância da utilização de estratégias pedagógicas que levem em conta os multiletramentos, como: produção textual em diferentes linguagens, projetos de trabalho, pesquisas de campo, viagens de estudo, entre outras.

O Colégio de Aplicação, como escola de Educação Básica, desenvolve a alfabetização e o letramento a partir do entendimento de que são processos interdependentes, indissociáveis e contínuos. A formação do leitor crítico, capaz de interpretar e ressignificar sentidos de diversos textos, a partir de sua realidade e de seus conhecimentos de mundo, deve ser o objetivo norteador do ensino de todas as disciplinas, fazendo do educando um coautor, um sujeito capaz de reconstruir o conhecimento e posicionar-se diante de diferentes discursos que circulam socialmente.

5.3 – Os Pilares do Currículo:

Alfabetização e Letramento.

Antes de qualquer coisa faz-se necessário considerar que Alfabetização e Letramento não são duas coisas distintas, mas, ao contrário, são ações “inseparáveis”, que se constituem numa relação dialética. Mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”, Soares valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita: Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003, p. 91).

Para Magda Soares “a Alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letradas e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel e outros que os substituam. Já o termo Letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Segundo Magda Soares (1998) alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”.

Interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade, antes de tudo, valoriza a disciplina. Esta é condição para aquela. Alfredo Veiga Neto defende, na escola, uma “tensão” que alterne a interdisciplinaridade com a disciplinaridade. Para que se possa pensar em momentos mais pluri/interdisciplinares ou mesmo disciplinares é fundamental que exista um DIÁLOGO entre as Disciplinas/Núcleos Disciplinares. (

Iniciação Científica (IC).

A Iniciação Científica no Ensino Fundamental e Ensino Médio deve se constituir em um elemento estruturante do currículo. A prática da IC implementada desde os Anos Iniciais do EF, proporcionará acesso ao conhecimento científico e despertará interesse pela ciência e pelas relações entre os conceitos científicos e a vida.

Formação de Leitores.

A leitura e a formação de leitores deve se constituir em um elemento estruturante do currículo escolar e um compromisso de todas as áreas do conhecimento.

5.4 – Concepção de Infância, Criança e Juventude(s)

A implantação do EF de 9 anos introduz a criança nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade. Isto não apenas altera a organização do Ensino Fundamental, mas, principalmente, requer uma reestruturação curricular, haja vista que não é apenas o acréscimo de uma série, nem muito menos a transposição pura e simples do último ano da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Ou seja, a forma de organização dos Anos Iniciais tem que ser o resultado de uma concepção de criança e de infância e não o contrário.

No esforço de discutir os conceitos de criança e infância é fundamental considerar o percurso percorrido até chegarmos à compreensão que vivenciamos atualmente. Nesse sentido, alguns elementos devem contribuir com esta reflexão:

- O conceito de infância e criança vem passando por inúmeras mudanças, pois na medida em que a sociedade se modifica, modifica-se também a forma como a sociedade a concebe.
- Na Grécia antiga não havia especificação para nomear criança ou jovem.
- Na Idade Média não havia distinção entre adultos e crianças, “não havia em separado um mundo da infância” (J. H. PLUMB). As crianças compartilhavam os mesmos espaços, festas e situações que os adultos.
- Com advento da industrialização, além da ida da mulher para o mercado de trabalho, temos a ida da própria criança para o trabalho nas fábricas.
- Com a criação dos Sistemas Nacionais de Ensino, demanda de um novo modelo de sociedade que se concretizava, as Escolas passam ser um lugar para o atendimento das crianças, nesse período ainda se cria as primeiras instituições destinadas à Educação Infantil, caracterizadas como instituições de cunho compensatório, ou assistencialista.
- “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de serem estudadas por si sós” (HEYWOOD, 2004).
- O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil sinaliza “as crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio e utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que

possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”.

- Na modernidade a psicologia investiu nessa discussão juntamente com a pedagogia. As crianças começaram então a ser considerada em função de sua faixa etária, por características de ordem biológica, psicológica/cognitiva.

E hoje? Considerando todo o processo histórico, algumas concepções mudaram, outras permanecem, ainda que veladas. Alguns dos discursos correntes em relação à criança a consideram como:

- Sujeito de pouca idade?
- Sujeito de direitos?
- Sujeito de direitos com respaldo legal?

Dayrell (2007), ao discutir a relação entre a(s) juventude(s) e a escola, defende a tese de que as tensões existentes entre o jovem e a escola são um produto das mudanças ocorridas, nas últimas décadas, na sociedade ocidental. Argumenta, ainda, que devemos “mudar o eixo da reflexão das instituições educativas para os sujeitos jovens”.

Afirma ele que “quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente”.

Neste sentido devemos nos perguntar:

Quem é este aluno/jovem?

Que saberes traz para a escola?

Quais são seus anseios, medos e “referências culturais”?

A partir das respostas a estas questões devemos buscar uma valorização do Protagonismo Juvenil e de como incorporar, ao currículo escolar, os elementos culturais da(s) juventude(s).

6. UNIDADE DA DIVERSIDADE: as práticas pedagógicas

Por se constituir em uma escola de “experimental”, como definido no decreto de 1946, o CA possibilita a existência de práticas pedagógicas diferenciadas. Faz-se necessário explicitar esta existência, referendando no PPP as diferentes propostas pedagógicas, como **Práticas Pedagógicas Institucionalizadas**.

- **Turmas “A”:** fundada no Construtivismo.
- **Turmas “B”:** adota perspectivas teóricas diversas.
- **Turmas “C”:** fundada na Pedagogia de Projetos.

7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A partir da Declaração de Salamanca (1994), assinada por 88 governos e 25 organizações, muitos países começaram a implantar políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, por considerar ser esta a forma mais democrática de ampliação de oportunidades educacionais para estes alunos.

Ter em sala de aula alunos com diferentes possibilidades exige que pensemos a aprendizagem de forma coletiva e diferenciada de modelo de escola que temos hoje. A abordagem histórico-cultural de aprendizagem e desenvolvimento aponta a heterogeneidade como característica de qualquer grupo humano e fator imprescindível para as interações em sala de aula. A diversidade de experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada membro do grupo viabilizam, no cotidiano escolar, a possibilidade de trocas, confronto, ajuda mútua e consequente ampliação das capacidades individuais e coletivas.

A prática em defesa da inclusão possui forte embasamento legal. A atual legislação educacional brasileira prevê as adequações necessárias nos sistemas de ensino para que a inclusão seja implementada de fato. Assim, a LDBEN (Lei nº 9394/96) e o Decreto nº 3298/99 (que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica), no seu art. 3º, diz que *“Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.”* Portanto, a educação especial está legalmente inserida na educação infantil, educação fundamental e ensino médio.

O Relatório do Parecer nº 17/2001 do Conselho Nacional de Educação deixa claro que a política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino não consiste na permanência física desses alunos junto aos demais, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas que permitam desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Dessa forma, não é o aluno que se molda à escola, mas é ela que, consciente da sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Neste contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

A partir da possibilidade do ingresso de alunos através de sorteio, o Colégio de Aplicação vem recebendo alunos com uma diversidade de histórias de deficiência, bem como, de forma coercitiva por intermédio de ação judicial.

De acordo com a Ação Civil Pública nº 2001.72.00.001291-8/SC, o Colégio de Aplicação deverá assegurar nos cursos fundamental e de 2º Grau, um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas às pessoas portadoras de deficiência física.

No ano de 2009 foram contratadas duas Pedagogas para atuarem com os alunos com deficiência, sendo criado oficialmente o Setor de Educação Inclusiva do Colégio de Aplicação, que atualmente atende 47 (quarenta e sete) alunos, desde o 1º ano do Ensino fundamental ao 3º ano de Ensino Médio, com as mais diversas deficiências (autismo, paralisia cerebral, síndrome de down, deficiência mental, deficiência auditiva, distúrbio de processamento auditivo, dislexia, TDHA, síndrome de Asperger).

8. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

| ENSINO FUNDAMENTAL | | ENSINO MÉDIO |
|--------------------|--------|--------------|
| Anos Iniciais | 1º ano | |
| | 2º ano | |
| | 3º ano | |
| | 4º ano | |

| | | |
|----------------|--------|---------------|
| | 5º ano | 1ª a 3ª série |
| Anos Finais | 6º ano | |
| | 7º ano | |
| | 8º ano | |
| | 9º ano | |

9. COMPOSIÇÃO CURRICULAR

9.1. ENSINO FUNDAMENTAL

| Anos Iniciais | Carga Horária (hora-aula) | |
|--|------------------------------|--------|
| | 1º ano | 2º ano |
| Disciplinas | | |
| Artes | 03 | 2 |
| Educação Física | 3 | 3 |
| Educação Geral: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza | 17 | 17 |

| | | |
|-----------------|---|---|
| Libras | 1 | 1 |
| Literatura Oral | 1 | 2 |

| Anos Iniciais | Carga Horária | | |
|--------------------------------|---------------|--------|--------|
| | 3º ano | 4º ano | 5º ano |
| Disciplinas | | | |
| Artes | 2 | 2 | 2 |
| Ciências Humanas e da Natureza | 6 | 6 | 5 |
| Educação Física | 3 | 3 | 3 |
| Libras | 1 | 1 | 2 |
| Literatura Oral | 1 | 1 | 1 |
| Matemática | 5 | 6 | 5 |
| Português | 6 | 6 | 5 |
| Iniciação Científica | - | - | 2 |

| Anos Finais | Carga Horária | | | |
|----------------------------|---------------|--------|--------|--------|
| | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano |
| Disciplinas | | | | |
| Artes | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Ciências | 4 | 2 | 2 | 3 |
| Educação Física | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Estudos Latinos Americanos | - | - | 2 | - |

| | | | | |
|---|---|----|---|---|
| Geografia | 2 | 3 | 3 | 3 |
| Grupos de Estudos – Aulas compartilhadas | 2 | - | - | - |
| História | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Línguas Estrangeiras: Inglês, Francês, Espanhol, Alemão | 4 | 3 | 3 | 3 |
| Matemática | 5 | 5 | 4 | 4 |
| Português | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Iniciação Científica | - | -- | - | 2 |

9.2 ENSINO MÉDIO

| Ensino Médio | Carga Horária | | |
|----------------------------|---------------|--------|--------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Disciplinas | | | |
| Artes | 2 | - | - |
| Biologia | 4 | 4 | 4 |
| Educação Física | 3 | 3 | 3 |
| Estudos Latinos Americanos | 2 | - | - |
| Filosofia | 2 | 2 | 2 |
| Física | 3 | 4 | 4 |
| Geografia | 3 | 3 | 3 |
| História | 3 | 3 | 3 |

| | | | |
|--|---|---|---|
| guas Estrangeiras: Inglês, Francês, Espanhol, Alemão | 2 | 2 | 2 |
| Matemática | 4 | 4 | 4 |
| Química | 3 | 3 | 3 |
| Sociologia | 2 | 2 | 2 |
| Português | 4 | 4 | 4 |
| Literatura Brasileira | - | - | 2 |

Colégio
De Aplicação

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

10.1. DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DAS CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo que envolve o educando, o docente, a escola e responsáveis, com o fim de diagnosticar, analisar, e se necessário repensar o processo de ensino-aprendizagem frente aos objetivos previsto.

A verificação do rendimento escolar, para fins de promoção, compreenderá a avaliação do aproveitamento do educando, bem como a apuração da assiduidade.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem será trimestral, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. A avaliação do processo ensino-aprendizagem poderá seguir outra periodicidade quando se tratar de projetos.

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e instrumentos de avaliação diversos, tais como:

- a) observação diária do docente,
- b) trabalhos de pesquisa individual ou coletiva,
- c) testes, provas orais ou escritas,
- d) resoluções de exercícios,
- e) planejamento, execução e apresentação de experiências ou projetos,
- f) relatórios,

- g) trabalhos práticos,
- h) outras técnicas e/ou instrumentos que o docente julgar conveniente.

Os instrumentos de avaliação deverão ser variados e utilizados como meio de verificação que levem o educando ao hábito de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade.

Todo resultado de avaliação deverá ser mostrado aos educandos e as respectivas correções esclarecidas pelo docente, logo após a sua realização, para que os mesmos conheçam o seu desempenho.

Trimestralmente o docente deverá realizar no mínimo 3 (três) avaliações.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, adotado pela escola, deverá ser explicado aos educandos e responsáveis, quando do ingresso na mesma.

Trimestralmente, as médias serão entregues e registradas na Secretaria, de acordo com os prazos estipulados no Calendário Escolar.

A média trimestral deverá ser a média das avaliações de diferentes atividades realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem e poderá ser expressa em notas de 0 (zero) a 10 (dez). Estas serão registradas com a fração de décimos, quando for o caso, sem arredondamento, tanto para as avaliações de cada trimestre quanto para a Prova Final. Este registro poderá ser expresso de forma diversa, quando se tratar de projetos.

10.2 DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

O Colégio proporcionará Recuperação de Estudos durante o ano letivo, com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos.

A Recuperação de Estudos deve ser entendida como processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades ao educando para superar defasagens ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A prática de Recuperação de Estudos para suprir as defasagens do processo ensino-aprendizagem será adotada no transcorrer do próprio trimestre.

Os educandos, que apresentarem necessidade de Recuperação de Estudos no trimestre, serão convocados pelos docentes e deverão frequentar as aulas nos horários programados pelo Colégio.

A Recuperação de Estudos nos anos Iniciais do Ensino Fundamental será oferecida nas disciplinas de Português e Matemática, com uma carga horária semanal de 02 (duas) horas/aulas por disciplina. Estas aulas serão oferecidas pelo professor da disciplina.

A Recuperação de Estudos nos anos Finais do Ensino fundamental e Ensino Médio será oferecida de forma paralela e em horário oposto ao período de estudo do educando e será realizada no decorrer do trimestre.

As aulas serão ministradas por disciplina e por série, em horário planejado e estabelecido pela Direção do Colégio. O(a) professor(a) terá liberdade para empregar metodologias diversas e estabelecer estratégias de recuperação para os educandos de menor rendimento.

É de responsabilidade do educando, bem como de sua família, conhecer o horário dessas aulas e acompanhar o seu desempenho escolar durante o trimestre. A frequência é obrigatória e será registrada no caderno no professor, na folha de frequência criada para esse fim.

A comunicação dos alunos em Recuperação de Estudos será feita no quadro de avisos da sala de aula, bem como através da Ficha de Acompanhamento Individual (Internet).

10.3. DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem caráter deliberativo, sendo um momento de reflexão, avaliação, decisão, ação e revisão do processo ensino-aprendizagem e deverá constar no Calendário Escolar.

O Conselho de Classe terá como finalidades:

a) avaliar o desempenho escolar da turma e dos educandos, individualmente, a relação docente/educando, o relacionamento entre os próprios educandos e questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada trimestre do ano letivo;

b) encaminhar ações pedagógicas a serem adotadas, visando práticas de estudo alternativas que possibilitem melhorias no desempenho do educando;

c) deliberar a respeito da avaliação final dos alunos, considerando o parecer do conjunto de docentes das disciplinas da turma. As decisões e encaminhamentos do Conselho de Classe devem ser viabilizados e efetivados pelos setores responsáveis. Toda alteração de nota e/ou frequência motivada por erro involuntário do docente ou por revisão de provas, que interfira na decisão do Conselho de Classe, este deverá ser reconvocato e o resultado da sua decisão ser encaminhado à Secretaria Escolar.

O Conselho Escolar será constituído pelos docentes, Orientador Educacional, Coordenador de Apoio Administrativo ao Ensino e no máximo 20% (vinte por cento) de representatividade de educandos da turma, sob a coordenação do Supervisor Escolar. Haverá um secretário, escolhido previamente dentre os docentes da turma, que redigirá a ata do Conselho de Classe. A participação dos educandos representantes da turma, dar-se-á no primeiro momento do Conselho, quando será realizada a avaliação da turma.

As reuniões de Conselho de Classe deverão realizar-se com a presença de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na impossibilidade de um dos participantes se fazer presente, deverá encaminhar à coordenação do Conselho de Classe, os registros e a decisão referentes a sua avaliação. Não havendo quorum para a realização do Conselho de Classe, o mesmo será cancelado e, posteriormente, será marcada nova data e horário.

Os encaminhamentos feitos em cada Conselho de Classe deverão ser levados à turma pelo Orientador Educacional, juntamente com os seus representantes.

O planejamento do Conselho de Classe deverá ser realizado pelo Setor Pedagógico da escola e terá objetivos diferenciados em cada trimestre.

10.4. DA FREQUÊNCIA, APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO

O educando que, seguidos todos os procedimentos trimestrais, obtiver nos trimestres o somatório de 18 (dezoito) pontos, ou seja, média de 6,0 (seis vírgula zero) estará automaticamente aprovado.

O educando que após ser submetido à Recuperação de Estudos nos trimestre não obtiver a média 6,0 (seis vírgula zero), em cada uma das disciplinas, deverá ser submetido à Prova Final.

A fórmula para cálculo de média anual dos educandos que realizarem Prova Final será:

$$\frac{\text{Média dos trimestres} + \text{Prova Final}}{2} = \geq 6,0$$

O educando poderá realizar Prova Final em todas as disciplinas.

Aquele que não atingir a média 6,0 (seis vírgula zero) em uma ou mais disciplinas, após a Prova Final, estará reprovado.

A aprovação do educando também dependerá da frequência exigida pela legislação vigente (Lei 9394/96), ou seja, comparecer no mínimo a 75% do total das aulas.

Será aprovado, ao final do ano letivo, o educando que:

- a) alcançar um somatório de 18 (dezoito) pontos por disciplina, resultado de seu desempenho nos 3 (três) trimestres e com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas disciplinas;
- b) alcançar média 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, após ser submetido à prova final.

Será reprovado ao final do ano:

- a) após a prova final, não tiver alcançado média 6,0 (seis vírgula zero) em uma das disciplinas;
- b) não atingir o percentual mínimo de frequência, ou seja, 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas dadas nas disciplinas.

10.5 REVISÃO DO RESULTADO DO CONSELHO DE CLASSE FINAL

Será concedida revisão ao resultado do Conselho de Classe final ao educando que discordar do mesmo. A revisão será requerida pelo educando ou responsável ao Diretor Geral do Colégio, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua publicação.

De posse do requerimento, o Diretor Geral anexará o Boletim Escolar e a Ficha de Acompanhamento Individual do Aluno, relativos ao ano letivo e designará uma Comissão composta de 3 (três) docentes, preferencialmente da disciplina ou disciplinas afins para:

- a) revisar a prova final em que o aluno reprovou;
- b) analisar o desempenho do aluno no ano letivo em curso.

A Comissão terá um prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas para analisar a prova e emitir o parecer qualitativo sobre a manutenção ou alteração do resultado, que será apreciado pelo Conselho de Classe Extraordinário, convocado especialmente para esta finalidade. O requerente será informado oficialmente pela Secretaria Escolar.

Colégio
De Aplicação

11. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

11.1. Estrutura Física

O Colégio de Aplicação é uma instituição de Ensino Fundamental e Médio e possui uma estrutura física composta de quatro blocos.

No **bloco A** funciona o setor administrativo do Colégio de Aplicação, a Associação de Pais e Professores,(APP),o Espaço Estético, Salas de Projetos e os Anos Iniciais;

No **bloco B** funcionam a Biblioteca, a Brinquedoteca, o Laboratório de Ensino de História do CA – LEHCA, a Sala da Nutrição, Salas de Recuperação de Estudos, Salas de Teatro, de Música, de Ginástica e Dança, e Salas de projetos;

No **bloco C**, funcionam os Laboratórios de Educação Física, Química, Física, Biologia, de Matemática, Geografia e Ciências (Piso Térreo); Laboratórios de Linguagens e Línguas Estrangeiras; salas de aula de Inglês, Espanhol, Alemão e Francês (1º andar) e salas de estudos dos professores (2º andar). No **bloco D**, segmento dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O Colégio de Aplicação foi construído, em etapas, ao longo dos anos, conforme a sua demanda. No momento em que houve a discussão e redefinição dos espaços existentes na escola, aconteceram mudanças para a melhoria da dinâmica de funcionamento da escola.

ESPAÇO FÍSICO (

Bloco A (Administração):

- § 1 sala de convivência para Professores e Técnico-Administrativos
- § 1 banheiro masculino
- § 1 banheiro feminino

- § 1 depósito para material de expediente
- § 1 sala da Direção Geral
- § 1 sala da Direção de Ensino
- § 4 salas de Coordenadorias (Estágios, Pesquisa e Extensão, Comunicação, Divulgação e Eventos, Administrativa)
- § 4 salas para projetos
- § 2 salas do Serviço de Orientação Educacional
- § 1 sala do AEE Atendimento Educacional Especializado
- § 1 sala para Secretaria
- § 1 sala da Administração de Edifício e Laboratório
- § 1 sala da Associação de Pais e Professores - APP
- § 1 sala para consultório médico
- § 1 sala para gabinete odontológico
- § 1 sala de reuniões

Bloco

- § 9 salas de aula
- § 1 sala para Inspeção
- § 1 sala para Coordenadoria de Apoio Administrativo ao Ensino
- § 1 sala para professores
- § 1 banheiro adaptado
- § 1 banheiro masculino
- § 1 banheiro feminino
- § 2 pátios cobertos
- § 1 cozinha para os funcionários terceirizados

- § 1 depósito para cadeira de rodas
- § 1 depósito para material de Educação Física

Bloco B (Galpão):

- § 1 Laboratório de Informática
- § 1 sala de atendimento
- § 1 sala de dança
- § 2 salas ambiente para práticas de Teatro
- § 2 salas ambiente para práticas de Música
- § 1 pátio coberto
- § 1 banheiro feminino
- § 1 banheiro masculino
- § 1 biblioteca
- § 1 sala para brinquedoteca
- § Cozinha
- § Refeitório
- § 3 salas para aulas de recuperação de estudos
- § 4 salas para Projetos
- § 2 salas de aula

Bloco D (Anos Finais e Ensino Médio):

- § 1 sala para a Inspeção
- § 2 salas para Coordenadorias de Apoio Administrativo ao Ensino Fundamental e Médio
- § 2 banheiros femininos
- § 2 banheiros masculinos
- § 2 miniauditórios
- § 14 salas de aula
- § 1 auditório
- § 1 pátio coberto
- § 1 sala de Apoio Pedagógico (AEE)
- § 1 sala para atendimento
- § 1 sala para o Grêmio Estudantil
- § 7 laboratórios (Física, Química, Biologia, Línguas Estrangeiras, Matemática, Educação Física e Informática)
- § 4 salas para aulas de Línguas Estrangeiras (Inglês, Alemão, Francês e Espanhol)
- § 10 salas de estudos dos professores por disciplina

Casinha de Artes:

- § 3 salas ambiente para prática de Artes Plásticas
- § 1 banheiro feminino
- § 1 banheiro masculino

Áreas Externas:

- 1 parque para crianças até 10 anos
- 1 quadra de esportes descoberta
- 1 campo de areia para futebol

Localização

Essa unidade escolar situa-se no Campus Universitário. Em função da sua localização, torna-se fácil o acesso do educando à Biblioteca Central, Eventos Culturais e a todas as atividades e serviços que a Universidade oferece.

O Colégio está localizado numa área geograficamente residencial, onde existem vias de acesso, tanto para o norte quanto para o sul, para o centro da cidade e bairros da grande Florianópolis.

Colégio

De Aplicação

12. BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- ALONSO, Mirtes. A escola em busca de sua identidade: um desafio para a administração escolar. In: SILVA, Rinalva Cassiano (org.). **Educação para o século XXI**, São Paulo, Unimep, 1998.
- BALLESTER, Margarita. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.
- BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília. MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre currículo**. Brasília. MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo, Autores Associados, 1997.
- DAYREL, Juarez. As escola "Faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. IN: Educação e Sociedade, vol 28, CEDES, Número Especial, 2007.

- ENQUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, T.T. (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- Escola: Projeto Coletivo em Construção Permanente: Contribuição dos Especialistas em assuntos educacionais. In: SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Unidade operacional de Ensino de 1º Grau. **Supervisão Escolar – Orientação Educacional**. Florianópolis, p. 97-105, 1979
- ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- FAZENDA, Ivani (Org). **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**: São Paulo; Cortez, 1992.
- ____. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro – efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1993.
- FRANCO, Maria Laura P.B. **Qualidade do Ensino: velho tema, novo enfoque**. São Paulo: (mimeo), 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 2ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- GARCIA, Regina L. **Construindo uma nova escola com os “especialistas”**. **Prospectiva** - AOERGS, Porto Alegre, V. 2, n. 16, p. 59-67, 1987.
- GENTILI, Pablo. **A Falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998.
- HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré escola à Universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paes e Terra, 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LOPES, Antonia Osima. **Planejamento do Ensino numa Perspectiva Crítica de Educação**. In: Repensando a Didática. Campinas: Papyrus, 1990, p. 45.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola ?** *Revista Série Idéias*, n.8, p.71 - 80. São Paulo; FDE, 1997.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, Lino de. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: ArtMed, 2005
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- MORENO, Montserrat. **Temas Transversais em Educação - Bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática, 1998.

- MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, Cortez, 2000.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. Edgar Morin: **A educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes 1995
- Relatório de Avaliação Institucional do Colégio de Aplicação**, 1998
- POMAR, Wladimir. Nossa Perplexidade. **T&D**, n.35, jul/ago/set, p. 24-29, 1997.
- RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SALINAS, Dino. **Prova amanhã! Agora a avaliação entre a teoria e a realidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- SANTOMÉ, Jurjo Torrres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 25.
- SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão, MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículo: Questões de Seleção e de Organização do Conhecimento**. Revista Série Idéias. São Paulo: FDE, 1995, n 26, p. 47-65.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984, p. 9.
- SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza (orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- SOUZA, Clarilza Prado de. (Org) **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas. SP: Papirus, 1993.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.
- _____. Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995, p. 26.
- _____. Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: FDE, 1997.
- _____. Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: SP, Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
- _____. Ilma Passos Alencastro; Cardoso, Maria Helena Fernandes (orgs.). **Escola Fundamental : currículo e ensino**. São Paulo: Papirus, 1995.
-

- [1] A construção do PPP-CA teve início na gestão do professor Paulo Roberto Oliveira (1996-2000) até junho de 2004, final da gestão do professor César de Medeiros Régis.
- [2] Até 2003, ano de implementação do PPP, o CA tinha um sistema de Bimestralidade . A Recuperação ocorria ao final do ano letivo (2ª época), com atendimento aos alunos dentro do modelo de Atendimento Paralelo, ou seja, havia uma hora/aula para cada docente durante a semana para atendimento aos alunos. Este atendimento era optativo para o aluno e se constituía em um espaço para dúvidas. Após 2003 ficou definido que as disciplinas teriam uma carga horária de Recuperação de Estudos (RE) proporcional ao número de aulas da carga didática na série: disciplinas com 4 horas/aulas semanais teriam 2 horas/aulas de RE, as demais apenas 1 hora/aula para a RE. Esta seria semanal, no turno contrário e com horário estabelecido pela Direção. Criou-se, ainda, a semana de provas de RE, após o término do trimestre para os alunos que não obtivessem a média de aprovação.
- [3] A discussão sobre a reposição da greve chegou a questionamento, pela APP, junto ao CNE, que se manifestou quanto ao Calendário Escolar do CA, no parecer nº 15/2007. No Calendário Escolar foram introduzidos os FOPEs (Fóruns Pedagógicos). Para realização dos fóruns as aulas de um turno eram suspensas para que ocorressem as discussões propostas. Na parada seguinte eram suspensas as aulas do turno oposto. A APP não aceitou esta proposição e juntamente com a Administração Central da UFSC (leia-se PREG) questionaram o calendário do CA para aquele ano.
- [4] Em outro documento “Assim se passaram 8 anos – relato memória de uma gestão” contarei a minha visão da história deste período.
- [5] Na definição do PPP a Recuperação seria convocada pelo professor e obrigatória para o aluno (Regimento Escolar).
- [6] Elaborado pelos professores Romeu Bezerra, Sylvia Damiani, Aceli Catarina e Mário César Pires, com a colaboração das estagiárias Andréa de Souza e Bruna Cavalheiro. A aplicação dos questionários contou com a participação dos professores Fábio dos Santos e Antônio Farias Filho.
- [7] Levantamento junto aos docentes e alunos quanto aos Sistema de Trimestralidade. Na oportunidade foi perguntado, aos dois segmentos qual a posição quanto a uma Reforma Curricular.
- [8] Avaliação dos docentes na Parada Pedagógica.
- [9] Os dados para os Anos Finais do Ensino Fundamental são semelhantes, pouco se diferenciando do Ensino Médio.
- [10] Parecer do CNE, de 1997, referenda esta possibilidade.
- [11] Apesar de toda a discussão dúvidas persistiram quanto ao funcionamento da RE.